

O PATRIMÔNIO CULTURAL EM DEBATE
EL PATRIMÔNIO CULTURAL EN DEBATE
CULTURAL HERITAGE IN DEBATE

Hilda Jaqueline de Fraga¹ 

Alan Dutra de Melo² 

Recebido em: 30/11/2021

Aceito em: 14/03/2022

Resumo: Em novembro de 2021, o professor catedrático Pedro Paulo Abreu Funari, em entrevista concedida à Revista Missões apresentou um conjunto de análises e reflexões relativas ao campo do patrimônio cultural no século XXI. Pesquisador e autor de inúmeras obras e artigos consideradas referências para estudos relativos ao tema, ao longo da entrevista, discorre de maneira crítica sobre os avanços das políticas preservacionistas adotadas no Brasil e a expansão da categoria nas últimas décadas assim como, faz um balanço de sua trajetória acadêmica e do cenário político atual frente aos desafios apresentados ao campo. Além disso, tece algumas considerações acerca dos desdobramentos da crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 nesta importante esfera da vida social. Através de pensadores como Espinosa e Paulo Freire o pesquisador aponta para perspectivas em que o patrimônio, em sua transversalidade e funções sociais oriundas dos novos sujeitos de direitos coletivos, se consolida como importante vetor para a cidadania, o desenvolvimento social e a defesa da vida. Nas palavras de Funari, as demandas do tempo presente, podem mostrar-nos “que melhor do que a tristeza da destruição de bens de pedra e cal poderá ser a alegria de imagens de convívio, a mostrar que o nosso patrimônio humano comum pode ser a vida em comum, mais do que morte. A sua publicação resulta, portanto, numa importante contribuição deste intelectual para se pensar o delineamento de políticas para um futuro próximo a ensejar inéditos viáveis.

Palavras-chave: patrimônio cultural; transversalidade; políticas públicas; memória; cidadania.

Resumen: En noviembre de 2021, el profesor catedrático Pedro Paulo Abreu Funari, en una entrevista concedida a la Revista Missões, presentó un conjunto de análisis y reflexiones relacionadas con el campo del patrimonio cultural en el siglo XXI. El investigador y autor de numerosos trabajos y artículos considerados referencias para estudios relacionados con el tema, a lo largo de la entrevista, discute críticamente los avances en las políticas conservacionistas adoptadas en Brasil y la expansión de la categoría en las últimas décadas, además de hacer un balance de su trayectoria académica, así como del escenario político actual frente a los desafíos presentados al campo. Además, hace algunas consideraciones sobre los desbordamientos de la crisis sanitaria provocada por la pandemia de la Covid-19 en este importante ámbito de la vida social. A través de pensadores como Espinosa y Paulo Freire el investigador señala las perspectivas por las cuales el patrimonio, en su transversalidad y funciones sociales oriundas de los nuevos sujetos de derechos colectivos, se consolida como importante vector para la ciudadanía, el desarrollo social y la defensa de la vida. En palabras de Funari, las exigencias del presente pueden mostrarnos “que mejor que la tristeza de la destrucción de bienes de piedra y cal puede ser la alegría de imágenes de convivencia, mostrando que nuestro patrimonio humano común puede ser la vida en común, más que muerte. Su publicación resulta, por tanto, un importante aporte de este intelectual para pensar en el diseño de políticas de futuro cercano que den lugar a inéditos viables.

Palabras clave: patrimonio cultural; transversalidad; políticas públicas; memoria; ciudadanía.

¹ Historiadora e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Associada da Universidade Federal do Pampa- Campus Jaguarão, RS, Brasil. Pesquisadora da REC LAC- Rede de Cooperação Acadêmica para o PCI da América Latina e Caribe. E-mail de contato: hildajaqueline@unipampa.edu.br

² Bacharel em Direito e Doutor e Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão RS, Brasil. Membro associado do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS. E-mail: alanmelo@unipampa.edu.br

Abstract: In November 2021, the full professor Pedro Paulo Abreu Funari, in an interview granted to Missões Magazine, presented a set of analyzes and reflections related to the field of cultural heritage in the 21st century. Researcher and author of numerous works and articles considered references for studies on the subject, throughout the interview, he critically discusses the advances in preservationist policies adopted in Brazil and the expansion of the category in recent decades, as well as, a balance of his academic trajectory and the current political scenario in the face of the challenges presented to the field. In addition, he makes some considerations about the consequences of the health crisis caused by the Covid-19 pandemic in this important sphere of social life. According to great minds such as Espinosa and Paulo Freire, the researcher points to perspectives in which heritage, in its transversality and social functions arising from the new subjects of collective rights, is consolidated as an important vector for citizenship, social development and defense of life. In Funari's words, the demands of the present time may show us "that better than the sadness of the destruction of stone and lime goods may be the joy of convivial images, showing that our common human heritage may be life in common, rather than death. His publication results, therefore, in an important contribution of this intellectual to think about the delineation of policies for a near future to enable unpublished works.

Keywords: Cultural Heritage; Transversality; Public Policies; Memory; Citizenship.

Pedro Paulo Abreu Funari é bacharel em História (1981), mestre em Antropologia Social (1986) e doutor em Arqueologia (1990), sempre pela USP, livre-docente em História (1996) e Professor Titular (2004 Unicamp). Distinguished Lecturer University of Stanford, Research Associate - Illinois State University, Universidad de Barcelona, Université Laval (Canadá), líder de grupo de pesquisa do CNPq, assessor científico da FAPESP, orientador em Stanford e Binghamton, foi colaborador da UFPR, UFPel, docente da UNESP (1986-1992) e professor de pós das Universidades do Algarve (Portugal), Nacional de Catamarca, del Centro de la Provincia de Buenos Aires, UFRJ e UERJ. Supervisionou 19 pós-doutoramentos, 40 doutoramentos, 45 mestrados, 2 especializações, hoje destacado pesquisador e líder em instituições de prestígio (London School of Economics, Durham University, Université de Mulhouse, Universidad del Norte (Barranquilla, Colômbia), UNICAMP, USP, UNESP, UFF, UFMG, UFPR, UFRJ, MASJ, UEL, UFPel, UCS, UEMG, UEM, UMESP, Uniplac, PUCPR, FESB, UNIFAP, UFS, UNIP, Unifesp, Centro Universitário Claretiano, UFG, UFBA, UNIFAL, UFMA, UFPA, UFOP, Museu Nacional - UFRJ, UEG, UFPE, UFMS, Museu da Bacia do Paraná, UFAL, Unip, F.I. Maria Imaculada, Museo Nacional de Colombia, Un. Da Força Aérea, Um. Liège, Mackenzie. Na Unicamp, Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos (2007-2009) e do Nepam (2014/2016), representante do IFCH na CADI (2005-2009) e dos titulares no DH (2015/6), Assessor do Gabinete do Reitor e Coordenador do Centro de Estudos Avançados da Unicamp (2009-2013), apresentador do programa da RTV Unicamp "Diálogo sem fronteira" (2011/6) com mais de 240 entrevistas. Participa do conselho editorial de mais de 50 revistas científicas estrangeiras e brasileiras. Publicou e organizou mais de 500 livros e reedições e capítulos nos Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, Áustria, França, Holanda, Itália, Espanha, Argentina, Colômbia, Brasil, entre outros, assim como mais de 710 artigos, resenhas e notas em mais de 130 revistas científicas estrangeiras e brasileiras arbitradas, como *Current Anthropology*, *Antiquity*, *Revue Archéologique*, *Journal of Social Archaeology*, *American Antiquity*, *American Journal of Archaeology*, *Dialogues d' Histoire Ancienne*, *Bonner Jahrbücher*. Foram publicadas mais de

70 resenhas de seus livros (30 delas em revistas estrangeiras de ponta). Projetos conjuntos com pesquisadores estrangeiros resultaram na visita de numerosos estudiosos, das principais instituições de pesquisa do mundo (Universidades de Londres, Paris, Saint Andrews, Boston, Southampton, Durham, Illinois, Barcelona, Havana, Buenos Aires, Londres, CNRS). Participou de mais de 400 eventos e organizou mais de 115 reuniões científicas. Foi Secretary, World Archaeological Congress (2002-2003), membro permanente do conselho da Union Internationale des Sciences Préhistoriques e Protohistoriques (UISPP), acadêmico estrangeiro de la Academia de História de Cuba desde 2013. Líder de Grupo de Pesquisa do CNPq, sediado na Unicamp e vice-líder de dois outros grupos. Editor de coleção de livros com 33 volumes, com apoio acadêmico da FAPESP, CNPq, CAPES, FAPEMIG e UNICAMP. Co-editor da Coleção Historical Archaeology in South America (University of Alabama Press). Atua na área de História e Arqueologia História Antiga e Arqueologia Histórica, além de Latim, Grego, Cultura Judaica, Cristianismo, Religiosidades, Ambiente e Sociedade, Estudos Estratégicos, Turismo, Patrimônio, Relações de Gênero, Estudos Avançados, entre outros.

Local e data: Entrevista encaminhada por e-mail no segundo semestre de 2021.

ENTREVISTA: Entrevista com o Prof. Dr. Pedro Paulo Funari, Professor Titular do Departamento de História, IFCH, Unicamp (Cidade Universitária Zeferino Vaz, Campinas/São Paulo). Elaboração da entrevista: Dra. Hilda Jaqueline de Fraga, Dr. Alan Dutra de Melo (UNIPAMPA).

Alan: O campo do patrimônio cultural está em expansão em todas as esferas da federação (união, estados, municípios e o distrito federal). Se destacam as inserções internacionais dentre outras, o Cais do Valongo reconhecido pela UNESCO e novas categorias como o Patrimônio do MERCOSUL, cujo o primeiro exemplar listado é uma ponte, a Ponte Internacional Barão de Mauá, localizada em Jaguarão/ RS, na fronteira com o município de Rio Branco/Uruguai. Qual a sua leitura sobre tais processos de reconhecimento patrimonial tomando como referência o Brasil?

Funari: Há um par de aspectos suscitados pela crescente preocupação com a proteção do patrimônio cultural, no interior do país e no estrangeiro. No Brasil, às esferas administrativas mencionadas (federal, estadual e municipal), deve lembrar-se de toda a legislação de proteção ambiental e patrimonial, com consequências, ainda, nas empresas públicas e privadas e mesmo no âmbito comunitário ou individual. Há uma relação direta entre a participação das pessoas na vida pública, em liberdade e sob o domínio do estado de direito, e toda a atenção patrimonial. Pode relacionar-se, portanto, a luta pela democracia, pelos direitos sociais, em movimentos sociais diversos (sindicais, feministas, de grupos étnicos e religiosos, entre muitos outros) e a Anistia (1979), eleições para executivos estaduais (1982), governo civil

(1985), Constituição (1988), eleições diretas a Presidente da República (1989). A construção da rodovia Rio/Santos mostra bem como era a situação, durante o período arbitrário e ditatorial (1964-1985). Destruição ambiental, patrimonial e humana, em particular de comunidades locais. Os avanços democratizantes e de convívio levaram, entre outras tantas questões, aos temas ambientais e patrimoniais. Esse movimento não se restringiu ao Brasil. A Guerra Fria, desde 1947, favoreceu golpes de estado, militares, ditaduras ou estados autoritários pela América Latina, com apoio anticomunista dos Estados Unidos e de outras potências com interesses na região, como a França ou a Grã-Bretanha. As lutas pelos direitos humanos, políticos, sociais e culturais levaram a novas pautas patrimoniais nos países da região, com destaque para os membros do Mercosul, com intensificados relacionamentos. Isto explica a atenção por bens patrimoniais que entrelaçam os países, como no caso mencionado de Jaguarão/Rio Branco. No Brasil, o outro caso mencionado, do Cais do Valongo, também está em relação com a valorização dos subalternizados, no passado e no presente, e vice-versa. Em sentido oposto, movimentos contrários ao convívio, autoritários, a favor da violência e mesmo da morte multiplicaram-se em diversas partes do mundo, com diversos matizes específicos. Na América Latina, uma da consequência foi o ataque, físico e simbólico, ao patrimônio, por motivos variados, com a sua desvalorização ou mesmo destruição, como no caso do patrimônio religioso afro-brasileiro, entre outros muitos exemplos. A este movimento deve adicionar-se o uso de órgão de defesa patrimonial para a destruição patrimonial. A sequência dependerá da ação social e patrimonial pelo convívio.

Alan: O livro denominado “Patrimônio Histórico e Cultural” segue como referência para cursos na área do patrimônio. Na obra o professor e a professora Sandra Pelegrini discorrem sobre a gestão do patrimônio cultural no limiar do século XXI. Na sua opinião quais foram os avanços/recuos nessa questão? Sobretudo, em relação a integração do patrimônio cultural ao desenvolvimento urbano e na temática da participação social?

Na segunda década do século XXI, é possível constatar o quanto ambos temas mencionados, desenvolvimento urbano e participação social, se transformaram, em tão pouco tempo. A urbanização, que já avançava a passos largos, chegou a levar que a maior parte da população humana se tenha tornado cidadina, em pleno crescimento. Esse processo, pode dizer-se, começou com a sedentarização, a agricultura e domesticação de animais, desde o fim da última glaciação, milhares de anos atrás. Não é algo novo, pois! Mas, acentuou-se nesse início de século, o que aprofundaria tendências milenares de viver muita gente em contato

cara a cara. Primeiro, doenças, como a atual pandemia Covid 19, a destruição de plantas e animais, os conflitos entre humanos (guerras, violências). Muitas vezes, a vida urbana parece como aspectos positivos: tudo mais rápido, produtivo, sofisticado. Tudo isso é verdade, mas também mentira, se esquecermos dos lados negativos ou destrutivos da vida conglomerada, urbana, guerreira. Isso tudo está no tema patrimonial, na medida em que o patrimônio cultural surgiu neste contexto urbano e está centrado nas cidades, grandes em geral, mas também nas pequenas. No campo, no âmbito rural, patrimônio é antes algo vivo, imaterial, da comunidade local, sem passar pelo âmbito urbano, nacional ou mesmo universal. Nesse breve período, a urbanização levou a um predomínio ainda mais incontestado da vida integrada, ao contato, face a face, de um número imenso e crescente de pessoas. Essa urbanização aumentou a relevância do patrimônio material e imaterial, de museus a edifícios tombados, passando por práticas festivas ou alimentares. Isso ocorre em paralelo ao crescente contato imediato, proporcionado pela internet, com imenso impacto patrimonial, ao permitir o acesso virtual a bens culturais, em toda parte.

No Brasil, também isso levou a uma multiplicação de atividades de acesso digital ao patrimônio, como as experiências virtuais e mesmo em 3 D, como no caso do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP-USP), ou a divulgação virtual de peças de acervo, publicações, festas. Isso cria toda uma nova área de atuação patrimonial, na qual os atores locais, de quilombolas a indígenas, de grupos de interesses os mais diversos a minorias ou majorias (como as mulheres), apresenta imenso potencial a favor do convívio das diferenças. Mesmo aqui, também, a urbanização e o mundo virtual não têm servido apenas para a convivência, mas também para o ódio, a necropolítica, a morte. O patrimônio tem podido, como antes, mas de maneira aumentada em potencial, ser abusado, distorcido: os 300 de Brasília são um bom exemplo disso. Abuso dos espartanos antigos a tentar justificar a necropolítica, hoje. A participação social, neste contexto, adquiriu novos contornos, para além do envolvimento das pessoas, dos escolares, para atingir pessoas e grupos distantes. Neste caso, também, a participação social tem sido intensificada, em muitos contextos diversos e contraditórios. Manifestações protestatórias em relação a figuras patrimonializadas, como estátuas de senhores de escravos, mostram a vitalidade, no mundo e no Brasil, dos debates. A reação a tais movimentos, destrutivos de pessoas, para além de coisas, mostra como nada melhor do que o contra discurso para expor o agressor. Ante uma estátua de um opressor, para que não se esqueça da opressão, melhor será apresentar um patrimônio contra discursivo. Ante um senhor de escravos, uma escultura africana, a revelar a humanidade.

Alan: Ao longo dos seus estudos as relações entre o patrimônio e a memória são elementos chave para a reivindicação e a assunção de direitos de grupos e povos, e portanto, comportam inúmeros debates transversais como gênero, questões étnico-raciais, ambiente. A seu ver é possível ampliarmos ambas temáticas como uma centralidade da vida social?

Funari: Transversalidade e interseccionalidade são aspectos de crescente relevância e com repercussão mesmo imensa sobre patrimônio e memória. Ambos temas, transversalidade e interseccionalidade, partem dos termos latinos *trans* e *inter*, o primeiro indica o ir e vir constante, o segundo o estar no meio. São dois aspectos importantes da vida em sociedade, este ir e vir, esse estar no meio. Isso é tão importante no mundo e na América Latina, no Brasil: a convivência, naquilo que o estudioso Fernando Ortiz chama de transculturação, a mescla em que todos vão e vêm e estão no meio. Conceitos surgidos em nosso mundo latino-americano, serve para entender o mundo todo, contra racistas, xenófobos, nacionalistas e tantos outros destruidores. O segundo aspecto mencionado refere-se a gênero, etnicidade/racismo e ambiente, mas poderíamos acrescentar outros, como religião ou comportamento, entre outros, acumulados pelos termos *trans* e *inter*. Fluidez poderia ser um conceito a unir *trans* e *inter*, ao adicionar tempo e espaço a essas relações. Patrimônio e memória estão no centro desses temas de transversalidade e interseccionalidade.

O passado inventado pelo patrimônio e pela memória pode ser usado em sentidos diversos e contraditórios. Antes, convém lembrar que invenção vem de *inuenio*, venho em encontro e imagino, ao mesmo tempo, descubro e invento são indissociáveis. Eric Hobsbawm retomava isso com o seu uso de invenção das tradições: algo imaginado num determinado momento, como se fosse muito antigo, tradicional, estivesse lá, no passado. Para contrapor-se a esses abusos da invenção de tradições destrutivas, o patrimônio e a memória podem servir ao convívio. Um vestígio pode ser lido para destruir, para a morte, como para construir, para a vida. Nos últimos anos, isso tem sido ainda mais frequente e contraditório e cabe a nós estarmos do lado do convívio. Pode parecer muito abstrato, mas não é, não, é bem concreto. Lembremo-nos de um patrimônio por tantos conhecido: o quadro Grito da Independência, que retrata D. Pedro e comitiva. Foi e tem sido usado para exaltar o poder militar, masculino, elitista, assim como os cânones artísticos dominantes e conservadores. Nenhuma criança escapa de conhecer esse quadro e, em potencial, por ele ser iludido. Mas, pela leitura a contrapelo, como proposta por Walter Benjamin, tudo isso pode servir a iluminar sobre a

ausência feminina, subalterna, civil, pobre, para levar a refletir, de maneira crítica sobre passado e presente, frente a diferentes possibilidades de futuro. Gênero, etnicidade/racismo, ambiente são aspectos da vida social contemporânea que passam pela apropriação do patrimônio e da memória. Parece vital para o futuro comum de todos levar o passado a inspirar-nos ao convívio, frente à destruição e à morte.

Hilda: A sua trajetória de pesquisa tem contribuído para potencializar os debates do campo patrimônio cultural nas Universidades influenciando não só na formação de diferentes profissionais, como também, na geração de abordagens interdisciplinares sobre o campo. Gostaria que o senhor comentasse um pouco sobre essas duas questões.

Funari: Espero que minha trajetória tenha mesmo contribuído, como indica, cara Hilda! Este é mesmo um sonho de tantos de nós, professores: estimular espíritos livres e atores pelo bem comum. Nisto, inspiro-me em meu pai, professor, nas minhas mestras, orientadoras (Maria da Glória Alves Portal, Haiganuch Sarian, José Remesal, Peter Ucko, entre outras tantas pessoas). Meus maiores orgulhos como profissional foram os esforços para a formação de estudiosos, formadores, eles mesmos, de tantos outros. No âmbito patrimonial, uma das áreas em que tive a oportunidade de atuar, foram e são inúmeros profissionais, com os quais pude tanto aprender, como orientando ou colegas, da Sandra Pelegrini à Elizabete Tamanini, passando por Tobias Vilhena ou Rita Juliana Soares Polini, mas são muitos mais. Esse o maior legado possível. A criação, esse o legado, aquilo que sobrevive, תולדות *toldot*, as gerações (Gn. 25, 19). Cada um dos estudiosos do patrimônio com os quais tive a satisfação de atuar são eles mesmos formadores de outras pessoas. Em termos de geração de abordagens interdisciplinares, parece relevante, no meu caso, minha formação e atuação em diversos campos de estudos (História, Arqueologia, Antropologia, Letras, Estudos da Religião, Turismo, entre outros). O tema patrimonial beneficia-se da diversidade de perspectivas, da interação de profissionais também. Assim, o estudo do arquiteto Paulo Sérgio Barbaro Del Nero, sobre o mosteiro de São Bento de Sorocaba e a arquitetura beneditina do litoral brasileiro e do planalto paulista nos séculos XVII, XVIII e XIX (Unicamp, Mestrado, 2000), por mim orientado em programa de História, foi um dos tantos que foi um aprendizado mútuo e interdisciplinar. A geração de abordagens interdisciplinares foi resultado desse convívio, como também de tendências das últimas décadas. Por um lado, as ciências e a crescente especialização levam a conhecer mais sobre menos, em todos os campos.

Por outro, contudo, tem havido crescente reconhecimento que a complexidade da vida, na sociedade e em todo o ambiente, está a exigir perspectivas holísticas, que agreguem os mais variados aspectos. Isso estava presente na tradição, desde os filósofos antigos, até o século XVIII e a criação da *ratio* moderna: tudo calcular, separar, hierarquizar. *Ratio* vem de *reor*, eu conto, separo, classifico. Tudo passava a ser separado, e também os ramos de conhecimento. Esse procedimento, para usar uma imagem bem conhecida, levou a conhecer bem as árvores, mas menos bem a floresta. Por isso mesmo, e em sentido oposto, foi com o patrimônio. No século XXI, em particular, o patrimônio aproximou-se das pessoas comuns, das comunidades locais e grupos humanos os mais variados, na medida em que também os estudiosos patrimoniais se conscientizaram da sabedoria de Paulo Freire: todos aprendemos uns com os outros, os educadores também com os educandos. Nesta trajetória, fui mais partícipe e propugnador, do que gerador de novidade.

Hilda: Atualmente temos vivido um momento difícil da cultura em nosso país em todos os âmbitos, sobretudo, no que se refere a gestão e a preservação do patrimônio cultural brasileiro e que colocam em risco conquistas sociais importantes para a memória e a reafirmação das identidades. Diante deste cenário, qual a sua análise, passadas décadas de implantação de políticas culturais para o patrimônio?

Funari: Quem trata do passado, tem dificuldade em entender o presente e, menos ainda, capacidade de perscrutar o futuro. Cabe a economistas preverem tudo, e tudo errarem, claro. O momento presente é, talvez, o mais difícil de analisar, por estarmos nele imersos e termos tanto engajamento. Isso desaconselha qualquer veleidade, mas tampouco convém evitar qualquer desafio, qualquer pergunta que reflete mais a ansiedade do presente, do que qualquer outra coisa. Atiçado pelo reto da Hilda, só posso considerar que, passadas décadas de implementação de políticas culturais para o patrimônio, resultado de conquistas sociais importantes para a memória, vivemos apenas um hiato, ou melhor, uma reação momentânea e passageira de instintos tristes, no sentido de Espinosa. O patrimônio pesa mais do que muitos costumam considerar. Ao serem bens culturais, simbólicos, envolvem os sentimentos mais profundos, nem sempre nobres, mas tristes, como o ressentimento, mas também o medo e o ódio. A estátua de um herói como Borba Gato, quatrocentão de quatro costados, inventado como tal, na verdade, pode ser tomada como representante de gente das mais variadas origens e mesmo pontos de vista. Podem estar tristes e temerosos. O patrimônio, mais do que servir à tristeza, pode contribuir para o convívio, mesmo e na contradição. A retirada da estátua de

Borba Gato não apaga séculos de história, mas os encobre. Destruir as estátuas de Stalin, como foi feito na década de 1950 apenas contribuiu para seu ressurgimento como herói, décadas depois. Melhor será o chamado contra discurso, ao apresentar, frente à estátua do passado, outra imagem, como podem ser crânios de pessoas mortas ou, melhor ainda, exemplos da humanidade indígena, quilombola ou de subalternas em geral. O presente, com seus desafios, pode mostrar-nos que melhor do que a tristeza da destruição de uma estátua poderá ser a alegria de imagens de convívio, a mostrar que o nosso patrimônio humano comum pode ser a vida em comum, mais do que morte.

Hilda: Além do cenário político, o campo vivencia os impactados provocados pela pandemia da Covid-19. Tal realidade se agudiza ainda mais quando se trata da ativação dos bens e valores imateriais das comunidades detentoras, que nas últimas décadas, passaram a ser pautas das políticas de salvaguarda e de fomento no âmbito da cultura e do desenvolvimento social. Que desafios e demandas o professor destaca como relevantes neste aspecto, para pensarmos o delineamento de políticas para o campo após a pandemia, no sentido de criar estratégias para um futuro próximo?

Funari: A pandemia insere-se em uma larga trajetória, iniciada quando da sedentarização, domesticação de plantas e animais, vida em aglomerações. Nos milhões de anos anteriores, de antepassado hominídeos e mesmo dezenas de décadas da nossa espécie sapiens como carneiros, caçadores e coletores. A vida sedentária, desde o final da última glaciação, alguns milhares de anos atrás, introduziu as condições, agravadas com o tempo, para a difusão de pestes e doenças. A pandemia Covid 19 é apenas a mais recente e generalizada enfermidade exacerbada pelo contato humano e ambiental. A pandemia continua a afligir a humanidade, em outubro de 2021, quando esta entrevista foi realizada. Antes de tratar do patrimônio, neste momento, convém refletir sobre como a situação criada no mundo todo contribuiu tanto para agravar as desigualdades, como para potencializar os conflitos. O agravamento das desigualdades ocorre no mundo todo, com baixo investimento em países pobres e alto nos ricos, assim como no interior de cada país. Só isso já potencializa os conflitos, pois é difícil subestimar o impacto deletério da desigualdade. Quanto a isso, convém retornar aos milhões de anos de hominídeos, cuja sobrevivência dependia da cooperação. Os sentimentos tristes descritos por Espinosa relacionam-se às insatisfações decorrentes das desigualdades, em lugar da alegre cooperação. Isso contribuiu, durante esse surto pandêmico, a tensões e conflitos entre as pessoas, em relação às autoridades (políticas, médicas, acadêmicas, empresariais), potencializadas pela difusão de versões de desconfiança. Na medida em que, por exemplo,

populações específicas e subordinadas foram submetidas a experimentos doentios, no passado, a desconfiança pode ser compreendida. As chamadas teorias da conspiração (*dietrologia*, em italiano), assim, fundam-se em situações passadas e relacionadas, muitas vezes, às desigualdades. Neste contexto tão contraditório e conflitivo, a cooperação, a ação em prol de si, por meio da atuação para proteger os outros, nem sempre se impôs.

O patrimônio, nesta situação de exacerbamento de contradições, em particular, como sua questão sugere, Hilda, apresentou desafios para as comunidades, em sua expressão cultural imaterial. Muitas comunidades viram-se privadas de possibilidades da alegre convivência, com a suspensão de festas, de cerimônias as mais variadas. O patrimônio imaterial irrompe no cotidiano, sem que sequer o percebamos: a inscrição de uma festa como patrimônio cultural imaterial nem sempre lembra da sua vitalidade, da alegria da convivência que ela envolve, dia-a-dia. A pandemia levou-nos a tomar ainda mais consciência de como o patrimônio é algo concreto, da vida diária, valor humano que remonta, como mencionado, aos tempos mais antigos, de alegria e solidariedade. As restrições impostas pela situação sanitária foram muito deletérias para as manifestações patrimoniais imateriais ou intangíveis.

Já no âmbito do patrimônio material, para além da perda de contato físico, direto e material com acervos, do lado negativo, houve um grande empenho de muitas instituições em facilitar o acesso virtual. Também neste caso, as desigualdades de acesso ao mundo virtual ficaram evidenciadas e contribuíram para aprofundar as disparidades. Tudo isso pode ensinar-nos sobre políticas públicas a serem adotadas, no futuro próximo, ao declinar a pandemia e melhorar a situação sanitária. Por um lado, renovada a constatação da importância da vivência do patrimônio, a valorização das comunidades deve ser enfatizada. Escolas de samba, por exemplo, nem sempre entram nas considerações patrimoniais, mas sua inclusão no campo patrimonial pode trazer benefícios tanto para o campo acadêmico, como para esses grupos humanos. O mesmo vale para outras tantas comunidades. Por outro lado, a pandemia, ao enfatizar as dificuldades de acesso virtual, está a sugerir políticas patrimoniais inclusivas em parceria com escolas, clubes ou outras instituições que possam servir de meio de acesso virtual para tantas pessoas. Em outros termos, ações coletivas e políticas públicas voltadas para a inclusão e a diversidade saem favorecidas pela crise sanitária pela qual toda a humanidade tem passado. Espera-se, pois, sendo otimista, que as políticas patrimoniais possam favorecer o convívio.